

## O sistema caótico

Precisamos pensar sobre o assunto.

O sistema brasileiro de tributos compreende três espécies: impostos, taxas e contribuições. Dentre os impostos temos sete de competência arrecadatória da União: importação, exportação, IPI, renda, ITR, IOF e o imposto sobre as grandes fortunas ainda não implementado por falta de lei - e pelo fato de que as grandes fortunas estão muito bem representadas no Congresso Nacional.

Os estados tem três impostos da fatia tributária: ICMS, IPVA e ITCMD. Os Municípios ficam com outros três: ITBI, IPTU, ISS.

Enquanto há repartição dos impostos como IPI e IR pela União com os entes subnacionais e do ICMS e IPVA dos Estados com os municípios, as contribuições criadas não são divididas, ficam para o ente que a arrecada. Por isso a União criou as contribuições sociais, de intervenções no domínio econômico (CIDE's), assim colocaria o dinheiro apenas em seu caixa. Os municípios na mesma onda criaram a contribuição para custeio da iluminação pública.

Esse quadro ficou assim: 20% da arrecadação dos tributos para os municípios, quase 30% aos Estados e pouco mais de 50% para a União.

Há aproximadamente 63 tributos no Brasil com 3000 normas de Direito Tributário, 97 obrigações acessórias (preenchimento de guias, declarações, burocracias) a serem cumpridas pelos contribuintes e um gasto de aproximadamente 1,5% do faturamento das empresas com isso. Resumindo: 1,5% do que as empresas produzem vai literalmente para o lixo.

Para efeitos de comparação: os Estados Unidos gastam apenas 325 horas por ano para o cumprimento dessas burocracias, a Alemanha, 196, e, a Inglaterra, 105. No Brasil são 2.600 horas.

Há tributo sobre outros tributos, há tributo que é cobrado duas vezes como é o caso das contribuições ao PIS e a COFINS cumulativos.

Do total de lucro das empresas brasileiras, 52% vai para os governos. Aproximadamente 48% do custo delas é carga tributária. O governo virou sócio indesejado de qualquer empreendimento, por isso a sonegação.

Não fosse isso suficiente, estamos entre os países com a maior carga tributária do planeta, próximos a Noruega, Suécia e Dinamarca e em último lugar entre os 30 países com maior carga tributária em termos de retorno de bem-estar a sociedade.

Por fim, em 2008 o Ministério da Fazenda estimou que a aprovação de uma proposta do Governo Federal para reformar esse sistema tributário injusto e caótico poderia levar, após os ajustes da economia às mudanças, a um PIB entre 10 e 12% superior ao anterior a reforma.

O questionamento que fica é: porque e quem não quer um Brasil melhor?